

Seminário

Políticas públicas para a despoluição das águas interiores e costeiras do Brasil

Síntese Executiva

IMAGINE BRASIL - Componente Prosperidade Ambiental

São Paulo, 30 de abril de 2024

Apresentação

Esse seminário faz parte da iniciativa Imagine Brasil, que é liderada pela FDC, e foi realizado em parceria com o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República (CDESS) e com o Instituto Trata Brasil.

A visão para o país, conforme definida pelo Imagine Brasil, destaca a despoluição das águas como condição fundamental para o Brasil se transformar em uma nação próspera.

Para obter mais informações sobre a estrutura conceitual e o programa de atividades do Imagine Brasil, acesse:

www.imaginebrasil.fdc.org.br

Como parte das atividades do Imagine Ambiental, foi desenvolvido um estudo analítico sobre a situação atual, os gargalos, as oportunidades e os caminhos para alcançar as metas previstas no marco legal do saneamento, com foco na despoluição das águas interiores e costeiras do Brasil. O documento pode ser encontrado em:

https://imaginebrasil.fdc.org.br/front/content?content_id=6c599d74-352e-4cc6-8ad8-3d26d8569799

Em 2023, o Imagine Brasil realizou dois seminários sobre o tema, com repercussão muito positiva na mídia. Esse é, portanto, o terceiro evento sobre a questão, desta vez, com foco em políticas públicas.

Está prevista, em breve, a realização de mais um evento desse ciclo de seminários, cujo tema será a questão do financiamento das ações na área.

Objetivo

Contribuir para o aprimoramento das políticas públicas para que o Brasil possa cumprir ou superar as metas de despoluição das águas interiores e costeiras.

Questões norteadoras

1. Quais são os principais gargalos para a universalização do tratamento de esgoto junto à população mais pobre do Brasil?

- Que aprimoramentos de políticas públicas são apropriados para superar esses gargalos?

2. Quais são as lições aprendidas nas concessões feitas após o novo marco do saneamento?

- Como aprimorar os processos de concessão?

Programação

Abertura

- Viviane Barreto – FDC
- Prof. Virgílio Viana – FDC
- Luana Preto – Trata Brasil

Painel 1 – O desafio da despoluição das águas

- Prof. Gesner Oliveira

- Prof. Adriano Stringhini – FDC

Painel 2 – Diretrizes do Governo Federal

- Eduardo Nali - Chefe do Departamento de Saneamento do BNDES
- Paulo Pereira – Secretário Executivo do CDESS

Painel 3:

Quais os principais gargalos para a universalização do tratamento de esgoto junto à população mais pobre do Brasil?

Quais as lições aprendidas nas concessões feitas após o novo marco do saneamento?

- Renato Médicis - Vice-presidente na Aegea Saneamento
- Manuelito Magalhães – Presidente da SANASA
- Antônio Carlos Teixeira – Assistente Executivo da Diretoria de Operação e Manutenção da SABESP

Síntese e Recomendações

- Prof. Virgílio Viana – FDC
 - Prof. Adriano Stringhini - FDC
 - André Machado – Trata Brasil
-

Síntese Executiva

Abertura

Viviane Barreto - FDC

Gostaria de abrir nosso evento agradecendo a presença de todos e todas e dizer que é um prazer ter vocês com a gente. Esses nossos encontros são reuniões de trabalho com o objetivo de encaminhar pautas estratégicas e fundamentais sobre os temas em questão.

Este é o nosso terceiro seminário sobre o tema saneamento e despoluição de água. Temos buscado realizar essas rodas de conversa para evoluir nas reflexões sobre os temas.

Temos mais dois seminários planejados: um para junho, sobre formas de financiamento, e outro para o segundo semestre, sobre disseminação de boas práticas.

Prof. Virgilio Viana – FDC

Para refletir sobre o tema, temos de admitir que o Brasil nunca será um país próspero com os rios poluídos e com os mares poluídos. Uma das características marcantes dos países desenvolvidos é a existência de água limpa.

Nosso foco aqui não é saneamento de uma maneira geral, mas, sim, um tema mais específico sobre despoluição. Para isso, estamos felizes de compartilhar nossa parceria com o Trata Brasil, que tem o conhecimento temático e o reconhecimento em relação a essa questão.

Nós também convidamos o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o chamado Conselhão do Lula, do qual eu faço parte, para ser parceiro nesse processo. E lembramos que o órgão tem um Grupo de Trabalho (GT) sobre saneamento.

Participam desse evento outros especialistas e autoridades da área, como descrito acima, o que representa uma oportunidade para ouvirmos todos os envolvidos e contribuir para que o governo federal

possa ouvir todos esses segmentos. Aproveito, portanto, para dar boas-vindas a todos e a todas.

Vamos também tomar como base das discussões as questões apresentadas acima, que irão nortear nossos debates.

Luana Preto - Trata Brasil

Nós precisamos, sem dúvida, compartilhar nossas expertises em prol do avanço do saneamento básico no país. Vale destacar que, atualmente, a maior parte da população que não tem acesso ao saneamento é de pessoas jovens, de 0 a 20 anos, com Ensino Fundamental incompleto ou que, às vezes, têm menos de um ano de estudo, de acordo com nossos levantamentos.

Estamos, portanto, falando de um estrato da população que sequer entende por que o saneamento é importante na sua vida para poder reivindicar esse acesso. São pessoas cuja soma do salário mensal da casa vai até 2.400 reais. E que, em sua grande maioria, são pretos, pardos e indígenas.

Então, esse hoje é o retrato de quem não tem acesso ao saneamento. E temos de refletir sobre o fato de termos eleições municipais neste ano. Apesar de o marco legal incentivar a regionalização dos serviços, sabemos que tem muita coisa nessa área sendo decidida pelo prefeito. O saneamento acontece lá na ponta e acaba sendo uma obrigação municipal.

Precisamos fazer com que a população enxergue que o saneamento precisa ser cobrado nas eleições municipais. Como fazer com que a dona Maria, por exemplo, entenda que isso vai influenciar a vida dela? Acho que esse é o nosso grande desafio hoje.

Em outras palavras, eu só vou exigir o acesso ao saneamento se eu entender o impacto que ele tem na minha vida, na do meu filho e na do meu neto.

Temos de fazer com que essa pauta esteja nos planos dos governantes. E para isso, ela tem de estar na cabeça do cidadão que vai votar. Ele precisa entender, de alguma forma, que o saneamento tem que ser visto como um ativo político de melhoria na educação, na produtividade, na geração de renda, e não como um passivo político, como muitas vezes ele é percebido.

Vale a pena destacar algumas iniciativas de universalização do saneamento, como ocorre por iniciativa de governantes de São Paulo e do Rio Grande do Sul, por exemplo, entre outros estados, de tentar unir municípios pequenos em prol desse avanço do saneamento básico. E temos, ainda, de atuar para avançar em ações que visem atrair municípios grandes para aderirem aos blocos regionais.

.....

Painel 1 - O desafio da despoluição das águas

Prof. Adriano Stringhini – FDC

Precisamos aproveitar as expertises de tantos especialistas presentes nesse encontro. Para contribuir com o debate, apresento alguns destaques de um estudo do professor Gesner Oliveira, aqui presente, que são muito relevantes.

Sem dúvida, o grande desafio nosso é passar a enxergar o saneamento como um ativo político para as cidades e para os prefeitos, mas sobretudo para as pessoas, como salientou a Luana.

Como se sabe, o tripé do novo marco legal do saneamento está ligado à regulação, à competição e à eficiência, na perspectiva da segurança jurídica, que é o ponto central de qualquer setor que demande investimentos.

O estudo destaca também a preocupação com a reforma tributária, que pode levar o setor a ter um aumento de até 20% na sua carga de impostos. E não se trata só da questão de elevar impostos, mas de como ficará o *day after*. Como ficarão o equilíbrio e a equalização econômico-financeira dos contratos após a implementação da reforma? E é óbvio que isso mexe na segurança jurídica e no ritmo de investimento.

Uma outra questão que impressiona e que devemos colocar em evidência é a seguinte: os 20 municípios que apresentam os piores números de investimentos em saneamento, segundo o estudo, gastam uma média de R\$ 50,00 por habitante per capita por ano.

Pode parecer muito pouco, mas a média de investimento no país está em R\$ 160,00. E o dado mais impressionante, no meu ponto de vista:

o volume de gasto necessário para garantir a universalização seria de apenas R\$ 200,00 per capita por ano

Ou seja, somente R\$ 200,00 por pessoa por ano para garantir o básico do básico. Esse valor não parece nada absurdo ou longe do que seria possível fazer. O número parece chocante, por ser tão baixo. Afinal, em muitos casos, nós mesmos tratamos com valores enormes para o setor – às vezes na casa de bilhões.

E os benefícios da universalização, por sua vez, poderiam ser enormes, segundo estudo do Trata Brasil, como algo da ordem de R\$ 1,4 trilhão. Uma redução do custo de saúde, por exemplo, chegaria a R\$ 25 bilhões. E, por sua vez, um aumento da produtividade do trabalho poderia atingir R\$ 437 bilhões. Ou seja, ao contrário do investimento de R\$ 200,00 per capita, os ganhos com a universalização seriam gigantes ou estrondosos.

É esse o esforço que a sociedade tem que ter para tampar uma ferida, uma chaga que a gente tem no Brasil e que é muito triste. E isso sem falar na geração de empregos, que estaria estimada em 12 milhões de novos postos de trabalho, além de todos os benefícios sociais e econômicos que também ocorreriam.

Prof. Gesner Oliveira

Acredito que esse evento está nos colocando no rumo correto, como destacam o Virgílio, a Luana e o Adriano, no que se refere a analisar questões bastante concretas e práticas relacionadas ao saneamento. São pontos bem concretos, que permitem à população compreender a importância desse benefício.

De fato, pesquisas indicam que a população diz: “Eu quero educação”, “eu quero saúde”, mas não faz a relação disso com o saneamento.

Eu gostaria de levantar duas questões fundamentais também. Uma, que já vi numa apresentação do Adriano, citando Fernando Pessoa, que se refere à valorização do rio. Resgatar o rio, mesmo que simbolicamente, é fundamental. Na minha terra, por exemplo, a imagem do rio é muito forte.

Em breve, o mundo vai assistir à abertura das Olimpíadas de Paris, que ocorrerá no Rio Sena. Eu aposto que essa cena vai ficar

marcada para a humanidade como a mais bonita que vamos ver em um evento da grandeza dos jogos olímpicos. E fará todos refletirem sobre a importância do rio, inclusive em função das provas aquáticas que ocorrerão nele. Sem dúvida, serão cenas de impacto mundial.

Pessoalmente, eu tenho vivido uma transformação que acontece no Parque Bruno Covas, em São Paulo. Tem havido uma mudança muito grande nessa parte da cidade e do Rio Pinheiros. E acredito que o Programa Integra Tietê vai fazer também algo muito interessante e que vai gerar mais investimentos ambiciosos em relação ao saneamento do Tietê.

Um outro eixo de reflexão que gostaria de levantar aqui, ao lado da questão dos rios, e que tem tudo a ver com o saneamento, está relacionado às mudanças climáticas. Eu não tenho dúvidas de que o Brasil tem, hoje, dois grandes problemas que podemos definir também como duas tragédias anunciadas. As estatísticas são eloquentes em defini-las como seca/incêndio e enchente/deslizamento.

Todos sabem como as pessoas no país estão morrendo soterradas ou têm sido obrigadas a enfrentar muitas dificuldades diante de secas severas. Nesse binômio, o saneamento tem tudo a ver com o combate à mudança climática, na tentativa de integrar mais os segmentos envolvidos.

Nós sabemos que água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos sempre foram tratados de forma separada. Mas é preciso passar a ver tudo isso de maneira integrada, considerando a importância da drenagem sustentável no contexto das enchentes, do valor da água reciclada, da água de reuso e nos fatores de mitigação das secas.

Sem dúvida, é fundamental que a sociedade perceba, portanto, o saneamento como a política pública central nesse momento e nessa conjuntura que atravessamos. E há recursos para isso, ao considerarmos a questão do ponto de vista empresarial, levando-se em conta a estrutura da indústria de seguros no Brasil.

É preciso ter fatores de mitigação nessa área, como água de reuso e drenagem sustentável. Esses são fatores que reduzem riscos, diminuem os prêmios dos seguros e aumentam o acesso aos bens.

Em resumo, essa reflexão sobre os rios e as mudanças climáticas me parece ser essencial para colocarmos o saneamento no centro

do palco e fazer com que, cada vez mais, as pessoas compreendam a importância dele.

.....

Painel 2 - Diretrizes do Governo Federal

Eduardo Nali - Chefe do Departamento de Saneamento do BNDES

O BNDES também está inserido nessas discussões sobre saneamento e vem criando as condições para apoiar iniciativas e projetos na área, envolvendo empresas privadas e também o setor público, para o qual o apoio é um pouco mais complicado.

Precisamos reforçar, como já dito aqui, a importância do marco regulatório como uma forma de gerar segurança jurídica – o que é válido para qualquer país do mundo, incluindo o Brasil. Mas vale destacar que ele não conseguiu ainda trazer o nível de segurança que o setor precisa ter, pois podemos ter de trabalhar com, por exemplo, até mais de cinco mil agências.

Essa interação é muito complexa, o que gera dificuldades, tanto para investidores quanto para financiadores. Um dos problemas é o fato de tudo ser ainda muito novo na área de saneamento, com discussões que passam pelo Congresso, pelo STF e mesmo pelos tribunais regionais. Nós temos, sem dúvida, a intenção de fazer tudo acontecer da forma mais rápida possível, apesar dessas dificuldades.

Outra questão relevante que eu gostaria de salientar está relacionada às dificuldades que o financiador enfrenta em função de suas limitações, especialmente um agente público como o BNDES. Algumas foram impostas pelo próprio marco, sobretudo no artigo 50.

Nós temos também outra preocupação, que é o fato de o país não conseguir beneficiar ainda toda a população que carece de uma estrutura de saneamento. E, como temos dito, saber que tem ainda muita gente ficando para trás, como é o caso de Rondônia, entre outros estados.

O marco do financiamento tem como premissa criar esse ganho de escala e gerar cada vez mais eficiência por meio, por exemplo, de benefícios cruzados. Mas, mesmo assim, muitas pessoas carentes ficam fora do escopo, o que nos deixa cada vez mais angustiados, pois, a cada dia, vai ficando mais difícil colocar esses projetos de pé.

Por isso, o BNDES procura atrair as prefeituras para atuarem de forma conjunta com o financiador e o investidor. Para isso, o Banco tem duas áreas distintas que atuam com o setor de saneamento. Uma faz a estruturação dos projetos, incluindo os leilões, e outra, que está em uma diretoria separada, faz a estruturação dos financiamentos, na qual eu atuo.

Ao definirmos as prioridades de financiamento, temos de levar em conta o grande déficit que o país tem em termos de atendimento de água e esgoto. Ao fazermos algumas comparações, fica mais fácil entender como estamos atrás do restante do mundo, inclusive dos nossos pares na própria América do Sul, sobretudo. Ou seja, ao estabelecer comparações, percebemos, por exemplo, o *gap* e a nossa lenta evolução nos últimos 20 anos.

E para piorar o quadro, os investimentos, além de estarem abaixo do necessário, estão muito concentrados em algumas empresas, como Sabesp, Sanepar, Copasa e em alguns estados que estão mais à frente agora, como Rio de Janeiro e Alagoas.

Estimamos que o déficit cresce cerca de R\$ 30 bilhões a cada ano que deixamos de investir como deveríamos. E o que o BNDES tem feito?

Nos últimos anos, após o novo marco, a instituição estruturou 12 leilões, o que gerou, entre Capex e Outorga, R\$ 61 bilhões de investimento e impactou positivamente 21 milhões de pessoas. Se levarmos em conta a população do Brasil, de um pouco mais de 200 milhões de pessoas, podemos considerar relevante esse impacto.

Alguns estados que contaram com recursos do BNDES para essa estruturação foram Amapá, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas e Ceará. Ou seja, já temos resultados e sabemos que outras parcelas expressivas da população serão beneficiadas até 2033.

Além do que já foi feito, tem um pipeline gigantesco já contratado com o BNDES para ampliar essa estruturação e que envolve Sergipe, Paraíba, Rondônia, Porto Alegre, Pernambuco, Paraná e Maranhão. Sabemos que nem todos esses processos chegam à parte final, pois a decisão é sempre do poder concedente.

Nós esperamos alavancar quase R\$ 100 bilhões em investimentos nos próximos anos, por meio de leilões, e impactar mais 36 milhões de pessoas. Estamos falando, portanto, em benefícios para quase 70 milhões de pessoas ao todo por meio desses projetos.

Temos outras instituições envolvidas também, como o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia. Há bancos dando *funding* para os projetos e, às vezes, garantindo parte do *funding* para que outros atores financiem.

Diante desse cenário, podemos afirmar que temos, hoje, um panorama muito mais amplo do que no passado, com muito mais atores dando suporte e financiando o crescimento do saneamento. Isso é muito importante.

Esse contexto ajuda a demonstrar como o BNDES tem mudado de patamar em relação ao segmento. Para se ter uma ideia, nos últimos anos – entre 2019 e 2021 –, nós aprovávamos cerca de R\$ 300 milhões por ano em saneamento. No Brasil, isso não é nada.

Em 2022, estivemos muito focados nos grandes projetos do Rio de Janeiro, mas aprovamos mais de R\$ 20 bilhões. Já no ano passado, foram R\$ 10 bilhões e, a partir de agora, estamos contabilizando R\$ 5 bilhões por ano, com o que já está contratado, ou seja, leiloado e viabilizado. Saímos, portanto, em pouco tempo, de R\$ 300 milhões para R\$ 5 bilhões por ano. E esses valores vão subir à medida que os novos leilões forem saindo.

Temos também o Novo PAC, no qual ainda não está muito claro o que vem para o BNDES, o que saberemos nos próximos meses. Em suma, estamos atuando em 18 estados, que concentram 90% da população brasileira. Mas nós queremos estar em todos os estados, o que não é tarefa fácil.

Paulo Pereira – Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS)

Acredito que nós enfrentamos no país, em relação às questões de saneamento, um problema de cultura política, pois as lideranças das cidades brasileiras não conseguem colocar essa questão no horizonte das emergências do Brasil.

Mas o CDESS, o Conselhão, está mudando essa visão. Historicamente, ele sempre representou muito São Paulo. Mas estamos fazendo um esforço para mudar isso e ampliar a representatividade, incluindo, além das representações de gênero e racial, também a regional. E, a partir daí, é impressionante como a temática mudou.

A inclusão da questão do saneamento é um grande exemplo, pois ela não surgia em nenhum dos grandes momentos do Conselho nos últimos 20 anos. Agora, o saneamento aparece o tempo todo.

Como o Brasil é muito grande, as prioridades variam muito também. Estamos discutindo na Casa Civil, por exemplo, os cinco projetos tecnológicos de alto impacto para o país para os próximos 10 anos para receber recursos públicos e privados, mas também com verba do orçamento.

Um exemplo é o desenvolvimento de hidrogênio verde, ou seja, uma pauta do mundo sustentável do século 21. Mas, ao mesmo tempo, precisamos tratar dos índices de saneamento, que deixaram de ser problema no mundo desenvolvido no século 18!

De qualquer forma, ficamos satisfeitos de o tema estar no Conselhão, que começa a enxergar um Brasil de verdade. Por isso, eu gostaria de sair daqui hoje com duas ou três questões bem concretas relacionadas ao saneamento para levar para o Conselhão. Como os temas ligados ao fornecimento de água potável e aos tratamentos de resíduos sólidos, por exemplo.

Eu preciso saber qual a contribuição que os membros do Conselho podem dar ou levar para as comissões em termos de determinadas políticas ou ações. Nós precisamos articular isso com o empresariado, as entidades civis e o governo, incluindo o BNDES.

Todos sabemos que o orçamento do Poder Executivo é reduzidíssimo e tem de atender ao parlamento também. Mas podemos construir instrumentos para viabilizar o investimento privado em diversas áreas. E podemos levar a experiência desse grupo aqui reunido para ajudar com o ambiente regulatório e normativo, assim como em relação às práticas e políticas públicas, visando pactuar muitas ações.

Eu fico imaginando como será lidar com as cinco mil agências que o Eduardo mencionou em sua fala. Esse é um campo onde podemos trabalhar.

São muitas as questões relacionadas ao saneamento que podem ser levadas ao Conselho, como:

- O que podemos fazer do ponto de vista da uniformização dos parâmetros de controle, de fiscalização e de regulação?
- Como o Estado brasileiro pode contribuir para aprimorar tudo isso no contexto do saneamento?
- Como podemos agir no âmbito da legislação federal e junto aos entes federativos?
- É possível buscar experiências internacionais de financiamento para trazer para o Brasil – como poderia ser o caso do Chile, apesar de suas diferenças macroeconômicas?
- Podemos promover missões internacionais e/ou convidar atores para conversar?
- Podemos realizar seminários específicos sobre os desafios do saneamento?
- É possível envolver especialistas do governo com essas questões?

Na verdade, mais que encaminhar essas indagações, creio que podemos criar um Grupo de Trabalho (GT) sobre saneamento no Conselho, com a participação de alguns de vocês, levando toda a experiência dos especialistas da área, como os que estão aqui reunidos. Seria, sem dúvida, a melhor forma de internalizar todo o debate e todas as demandas do segmento.

Esse GT pode dar respostas mais estruturais para essas e outras questões, como a elaboração de instrumentos de inovações de financiamento e desenvolvimento do saneamento no Brasil.

Vale lembrar que os GTs têm um prazo específico de duração e visam gerar resultados concretos para serem apresentados ao governo e à sociedade. A Casa Civil está, inclusive, criando um sistema de monitoramento para auxiliar os trabalhos dos diversos GTs do Conselho.

Comentários

Prof. Virgílio Viana – FDC

Acreditamos que a inserção do tema sobre saneamento em um GT do Conselho seria, sem dúvida, um grande legado desse nosso encontro. E podemos, desde já, começar a trabalhar para concretizar essa iniciativa.

A definição de um prazo para que se apresentem resultados concretos também deve ser vista com bons olhos. Sabemos que tais resultados são apresentados ao presidente da República, o que viabiliza as ações propostas. E há, ainda, a possibilidade de convocar autoridades para contribuir, como ministros e secretários.

Prof. Gesner Oliveira

Eu gostaria de acrescentar uma outra questão crucial ao debate que é o impacto da reforma tributária no setor de saneamento. Muitos não perceberam, mas sabemos que, desde o início dos anos 2000, o segmento tem recebido um tratamento diferenciado no Congresso Nacional, com isenções de alguns impostos.

Ocorre, no entanto, que a atual reforma tributária, sem mecanismos de ajuste, vai representar um aumento de tarifa, pelos nossos cálculos, de 18%.

Imaginem vocês, com base nesse impacto, as centenas de agências reguladoras tendo de fazer o reequilíbrio contratual, que

normalmente é lento e complicado. Então, eu acho que esse tema mereceria muita atenção, pois ele tem impacto direto nas questões do saneamento.

E temos de pensar também na qualidade da regulação, dada essa fragmentação de agências. Essas questões vão representar um grande empecilho para o investidor. E também para a população, pois, quanto mais tempo demorar para se buscar esse equilíbrio, maior o custo para o consumidor final, para citar a Dona Maria da exposição da Luana.

Estamos, portanto, diante de dois erros muito relevantes para o setor – a regulação e reforma tributária.

Roberto Barbuti – CEO Iguá e Presidente do Conselho da ABCON

Como presidente da Iguá Saneamento, uma empresa importante do setor e que tem como principal acionista o maior fundo do mundo, gostaria de me manifestar sobre as oportunidades de negócio que estão sendo criadas.

Como foi colocado nos debates, há todo um interesse em atrair fundos de pensão internacionais para os programas do setor de saneamento. E gostaria de registrar que essa seria mesmo uma oportunidade fantástica.

Obviamente, nada atrai mais o capital do que uma perspectiva de se fazerem bons investimentos e de trazer novos parceiros para o setor no Brasil.

Como presidente do Conselho da ABCON, porém, vejo com preocupação, assim como o Gesner, os impactos da reforma tributária no setor. Sabemos que há todo um discurso que prega a neutralidade da reforma e que vem servido de embasamento para as negociações.

Podemos dizer, contudo, que, na prática, o setor de financiamento não está vendo essa neutralidade – mas sim um aumento de carga bastante pesado.

.....

Painel 3

Renato Médicis – Vice-presidente da AEGEA Saneamento

Nós temos várias questões centrais para discutir, como a da tarifa social, que é mesmo uma preocupação de todos. Mas vamos direto a um ponto central, que é a importância do saneamento em si. As pessoas precisam unificar mais a forma de entender os problemas, tanto no meio político quanto no setor público e no judiciário. Senão, não vamos conseguir avançar.

Fala-se muito em investimentos de 10 anos para universalizarmos o saneamento. Para isso, é realmente necessário fazer pactos, talvez com o judiciário e com os tribunais de conta, para ajudar nessa questão.

Temos também de ver a questão ambiental. Muitas vezes, levamos três anos para obter um licenciamento ambiental para poder fazer o investimento, cujo prazo é de 10 anos. Isso é contraditório, porque precisamos fazer uma obra de investimento sanitário para melhorar o meio ambiente. Sem dúvida, temos de sensibilizar o Estado e as agências reguladoras sobre questões como essas.

Isso dito, vou apresentar rapidamente o histórico da AEGEA, que está completando 14 anos em 2024. Ela está presente, hoje, em 157 cidades de 15 estados, com 31 milhões de pessoas atendidas.

É preciso destacar que o setor de saneamento sempre foi muito carente de projetos bem estruturados. Mas, sem dúvida, o novo marco e a ação do BNDES como estruturador do segmento, visando não deixar ninguém de fora, estão ajudando bastante a alavancar o crescimento do setor.

Eu vou dar destaque, nessa apresentação, para o caso do Rio de Janeiro, que é o mais emblemático do país, pela sua magnitude e complexidade. A AEGEA é responsável por atender 10 milhões de pessoas em 27 municípios do estado e conta com apoio do BNDES nos financiamentos.

Precisamos sempre destacar, como tem sido dito nesse encontro, o papel e os benefícios do saneamento, da mesma maneira como é sempre destacada a importância da educação, da saúde e da

geração de renda para as pessoas. E isso precisa ser repetido inúmeras vezes.

Quando começamos a atuar no Rio, éramos indagados se iríamos entrar naquelas comunidades onde o estado não está tão presente. Nós fomos em frente e passamos a atuar nas comunidades. Para se ter uma ideia, há, atualmente, mais de 700 comunidades nos municípios onde atuamos. Só na capital, são 525.

Hoje, três anos depois de iniciado o trabalho, mais de 270 mil pessoas receberam água tratada pela primeira vez. Podemos dizer que é surreal imaginar que, no Rio de Janeiro, alguém não tenha tomado banho de chuveiro até hoje. E veja que não estamos falando do sertão nordestino ou das comunidades ribeirinhas da Amazônia.

Estamos nos referindo ao Rio de Janeiro! E isso tem um apelo muito forte, pois chegamos ao topo do Rio. Nós temos diversos vídeos com pessoas das comunidades que foram beneficiadas pelo nosso trabalho e que mostram os resultados de todas essas ações.

Nós temos também outros cases que demonstram como é essencial conseguir chegar a pelo menos 90% de universalização dos serviços para poder almejar um atendimento a todo mundo. Podemos citar, por exemplo, o caso de Manaus.

Quem conhece a cidade sabe que ela tem, na prática, outras cidades escondidas dentro dela. Quando se passa apenas pelas vias principais, não é possível ter noção da quantidade de becos e palafitas que existe no interior dos bairros.

Quando chegamos lá, constatamos que a perda de água era muito elevada – algo acima de 70%, pois tinha um grande estrato da população que não aparecia. Nós fornecemos água para 2 milhões e 300 mil pessoas e só há 1 milhão e 600 contas sendo emitidas.

Há, na cidade, mais de 100 mil famílias que estão no meio dessas palafitas e desses becos. E nós nos dispusemos a entrar, primeiramente, fornecendo a água para regularizar a situação e, depois, com a parte do esgotamento sanitário.

Essas são barreiras que têm de ser enfrentadas, como acontece mesmo em São Paulo. Nos arredores do Rio Pinheiros, por exemplo, é preciso contar com a estrutura de políticas públicas para que possamos ir e atender mesmo nas áreas irregulares. O próprio

Ministério Público nos dizia: vocês não podem entrar nessas áreas porque estariam, na prática, regularizando-as.

Mas como eu não vou regularizar aquela área na qual dona Maria já está há 70 anos? Não somos nós que vamos regularizar, mas, se ela já está recebendo nossa água de maneira irregular, deixa pelo menos regularizarmos para que ela chegue com qualidade.

Eu posso apresentar inúmeros outros cases que demonstram como as barreiras precisam ser vencidas, sendo que muitos estados estão evoluindo nesse sentido. Por isso, resalto a importância de falarmos em saneamento de forma aberta e transparente se realmente queremos levar o saneamento para todos.

Como dito, é preciso ter segurança jurídica e regulatória, assim como flexibilização ambiental, para que os investimentos aconteçam. E não ter aumento para a carga tributária, para que consigamos incluir mais pessoas na tarifa social.

Sem dúvida, temos um conjunto de ações para serem compartilhadas por todos nós, e acredito que esse grupo presente, em conjunto com outros especialistas, pode atuar com eficiência nessas frentes. Isso não depende da natureza do projeto – pode ser constituição plena, PPP, privatização ou o que for. Mas precisamos avançar, concentrando todos os esforços.

Manuelito Magalhães – Presidente SANASA/Campinas

Nós precisamos assumir que o problema prioritário do saneamento está diretamente relacionado à questão da gestão – seja ela do setor público ou do privado. No ano passado, eu participei de um seminário promovido pela ANA e pelo TCU, quando falei sobre o desafio da universalização.

Estavam presentes conselheiros de tribunais de conta de 26 estados interessados no tema. Eu achei muito relevante esse interesse, pois a questão da gestão é fundamental ao se buscar a oferta universal dos serviços.

E acho muito relevante trazer o case de Campinas, pois o compromisso com o saneamento está no DNA da cidade. No final do século 19, o município quase foi dizimado por um surto de febre

amarela, que, obviamente, está vinculado à questão da falta de saneamento.

Campinas era a maior cidade do estado de São Paulo, com cerca de 30 mil habitantes – o que foi reduzido para quase 3 mil. À época, pensou-se até em tocar fogo em tudo e acabar com o município, mas ele, criado em 1774, praticamente renasceu.

Então, podemos dizer que esse compromisso com o saneamento vem de longa data na cidade – algo em torno do ano da Proclamação da República, 1889. Mas não podemos deixar de considerar o nosso déficit de saneamento e, também, o déficit de investimento.

Não é à toa que um dos eixos do Trata Brasil é o investimento. Por isso, reforço a ideia de que, para avançarmos, temos de ter gestão, mas precisamos também de investimentos, não só em água e esgoto, mas também na limpeza de córregos e rios, ou seja, considerar a questão dos resíduos sólidos da drenagem.

Com base nos estudos apresentados, são necessários entre R\$ 36 bilhões a R\$ 40 bilhões por ano para universalizar água e esgoto, assim como R\$ 70 bilhões para universalizar resíduos sólidos.

Vale lembrar que um dos componentes fortíssimos da questão de mudança climática é a drenagem. As nossas cidades não estão preparadas para as temperaturas mais quentes e as chuvas mais fortes e mais intensas em um menor tempo.

Outra questão está ligada às agências reguladoras, que hoje devem ser mais de 90. Quando falamos em saneamento no Brasil com investidores estrangeiros, eles não entendem esse contexto – inclusive o fato dos critérios adotados em decisões, pois eles são divergentes de uma agência para outra.

E aí entra um outro problema, que é a tarifa média no Brasil baixíssima. A verdade é que a grande maioria dos prestadores de serviço e de operadores de saneamento finge que cobra e finge que presta serviço. A população finge que paga, e eles fingem que prestam serviço.

Não podemos deixar de considerar também problemas estruturais de desigualdades do país diante dos desafios da universalização. Como a Luana ressaltou, temos de levar em conta a importância do saneamento e da saúde, especialmente na primeira infância.

Dados indicam, por exemplo, que pode haver uma diferença de seis a sete anos na expectativa de vida dos brasileiros a depender do local ou da região onde ele nasce e vive. E isso tem muito a ver com as condições de saneamento, particularmente na primeira infância. Por outro lado, onde você tem saneamento mais avançado, a expectativa de vida é maior.

Outra indicador que se agrava em função do saneamento diz respeito à desigualdade hídrica. Onde há muita gente no Brasil é onde existe menos água; onde há mais abundância de água, não há gente. Por isso, a questão da utilização da água de reuso é tão significativa. Esse é um problema que nós temos que enfrentar já, antes que se estabeleça uma crise maior.

E devemos lembrar que consumo agrícola de água no Brasil é maior do que o humano. Por isso, precisamos seguir o caminho trilhado por outros países. E, sem dúvida, os efeitos da mudança climática vão deixar tudo isso ainda mais evidente. Se eu tenho menos água disponível, eu preciso começar a discutir, por exemplo, a elevação da demanda da água de reuso na agricultura. Mas todo mundo foge dessa discussão. Talvez o Conselho seja um bom local para travarmos essas discussões, assim como outras também relevantes.

Podemos citar, por exemplo, a qualidade das informações na área. Dados autodeclaratórios, por exemplo, podem nos levar à má informação, que vai gerar um mau diagnóstico e, portanto, uma solução ruim.

Outro ponto é a busca, bem realista, de soluções viáveis, o que é particularmente importante nas áreas rurais onde o uso da criatividade pode fazer toda a diferença. Paralelamente, temos igualmente de considerar sempre a compatibilização dos planejamentos.

O planejamento do saneamento é feito apartado do habitacional, que, por sua vez, é elaborado sem levar em conta o planejamento urbano das cidades, que acabam crescendo sem ordenamento.

Como o Eduardo colocou, a questão do financiamento também é fundamental. Os investimentos hoje têm um peso muito grande no setor público, cujo valor irá recair sobre própria tarifa. Quando falamos de uma estação de tratamento de água, por exemplo, temos de pensar em uma boa manutenção para 50 anos ou mais.

Na prática, estamos usando o pacto intergeracional porque, para fazer o investimento agora, você financia para pagar ao longo de 20, 30 anos ou mais. E quando não há financiamento, estamos fazendo com que a geração economicamente ativa de hoje pague por esse investimento. Isso é muito grave.

Por fim, cito a questão da outorga, que pode ser controversa. Ela é importante para viabilizar a intenção de um governante que queira fazer a concessão. Mas o poder público drena recursos que acabam indo para a tarifa. Não há, por exemplo, o menor sentido em se colocar debêntures de infraestrutura para pagar outorga. Quando estamos falando em discutir o setor, temos de olhar para isso também.

Antônio Carlos Teixeira - Assistente Executivo da Diretoria de Operação e Manutenção da SABESP

Essa discussão é muito importante, pois o saneamento é uma questão bastante preocupante, porque a tendência é que as coisas possam ficar até mais difíceis do que estão atualmente. Vejam um exemplo: com a entrada das grandes companhias no Rio, houve uma demanda muito grande por materiais e equipamentos – e todos nós sofremos com a falta desses insumos.

Nós estamos trabalhando com a perspectiva de um cenário de universalização na Sabesp até o ano de 2029. Ou seja, o desafio é muito grande. Será preciso dobrar o nosso nível de investimento ao longo desse período – e sabemos que vão surgir muitos gargalos, principalmente para atender a população mais vulnerável.

O primeiro gargalo que eu reputo é a questão de projetos. Atualmente, não temos no mercado tantas empresas especialistas em projetos de saneamento para suprir a nossa demanda. O segundo gargalo, nessa mesma linha, como o próprio Renato falou, é a questão do licenciamento ambiental.

Nós precisamos potencializar a legislação ambiental para poder agilizar os projetos de saneamento. Ficamos, muitas vezes, quatro ou cinco anos aguardando. Ou seja, está faltando água no município, e o processo de licenciamento é muito lento.

O terceiro gargalo é muito grave e precisamos atuar também em relação a ele. A política pública do saneamento e o desenvolvimento urbano têm que ser casados e bastante integrados. A concessionária, para poder trabalhar, precisa fazer com que o concedente atue em sintonia, garantindo que o Ministério Público compreenda as situações para que possamos trabalhar em conjunto.

Vou dar um exemplo claro: quando estávamos em Várzea Paulista, perto de São Paulo, fomos atender uma área de vulnerabilidade de água e esgoto. Nós avançamos com o saneamento e implantamos água e esgoto. Limpamos o córrego e deixamos tudo em ordem.

Seis meses depois, o córrego estava todo poluído. Por quê? Porque a ocupação avançou 500 metros para frente. Ou seja, a política pública de urbanização tem de estar casada, em sintonia, com o saneamento, senão não avançamos.

E são muitas as experiências que podem ser citadas como exemplos, assim como diversos programas exitosamente implantados. E um dos fatores de sucesso deles é, sem dúvida, o envolvimento dos moradores. Muitas vezes, entramos em uma comunidade e, por exemplo, contratamos as mulheres para fazer o papel de agente comunitário, responsável por conscientizar as pessoas e vender o projeto para a população.

Isso é fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa social nessas áreas vulneráveis. Ou seja, sempre vale a pena investir na comunidade. Além de gerar emprego e melhorar a infraestrutura, também levamos benefícios menos perceptíveis, como o fato de começarem a dar um endereço para as pessoas. Com o endereço e o comprovante de rendimento em mãos, elas podem ir à creche matricular o filho ou podem ser atendidas no posto de saúde.

Em outras palavras, na que se regulariza a situação da comunidade, todos esses benefícios indiretos do saneamento vêm juntos, mas as em geral a população com consegue ver isso na prática.

Basicamente, esse é o nosso grande desafio de agora até 2029: atender 400 mil famílias em São Paulo que estão em áreas irregulares. São quase 200 mil na Baixada Santista, além de parte da população rural, moradores do interior e também da capital. Nós temos, por exemplo, quilombolas e áreas indígenas que vão ser

atendidos em um prazo de cinco a seis anos para que possamos universalizar os serviços.

Os desafios são grandes, mas a SABESP está preparada e também se estruturando para ter mais agilidade. A partir do momento em que o projeto de desestatização for concluído, começaremos a ter um pouco mais de flexibilidade e agilidade nos nossos processos.

Estamos ganhando eficiência, o que, com certeza, vai trazer benefícios para a população. O cliente vai sentir essa maior eficiência, e nós vamos ter, inclusive, uma tarifa mais baixa do que a de hoje, ampliando a participação da tarifa vulnerável ao longo do período.

Para tudo isso, precisamos da parceria com outras instituições e entidades, como o Ministério Público, o Tribunal de Contas e o próprio Governo.

.....

Considerações finais

Prof. Virgilio Viana – FDC

Para concluir nossos trabalhos, eu gostaria de apresentar o rascunho de uma primeira proposta de uma síntese de nossas conversas aqui que poderão servir de base para nossa pauta de temas a ser levada ao Conselho.

Em sua exposição, Paulo Pereira sugeriu que formulássemos duas, três ou eventualmente mais sugestões de medidas a serem encaminhadas. A ideia é que elas sejam bem certas e objetivas, com a validação de vocês.

(Foram destinados 15 minutos para o debate de propostas)

Agora que vocês já analisaram as propostas e acrescentaram suas sugestões, apresento o quadro abaixo com a síntese ampliada das

proposições. Sem dúvida, elas refletem as principais questões que foram apresentadas e discutidas nesse encontro de trabalho.

O objetivo desse seminário era, exatamente, identificar e propor instrumentos de políticas públicas capazes de destravar gargalos para a despoluição das águas.

GT CDESS sobre Despoluição das Águas Interiores e Costeiras do Brasil	
Apresentação	a. Locus de diálogo com diferentes atores
	b. Quais são 2 ou 3 medidas que poderiam ser encaminhadas pelo CDESS?
Objetivos	Identificar e propor instrumentos de políticas públicas capazes de destravar gargalos para a despoluição das águas interiores e costeiras do Brasil
Temas centrais	a. Incentivos financeiros I. Reforma tributária = evitar o aumento da carga tributária II. Regulamentação da outorga III. Desoneração da tarifa
	b. Transição ecológica x despoluição = oportunidade de ampliar o programa
	c. Marco regulatório = necessidade de simplificação e segurança jurídica
	d. Competências concorrentes = como harmonizar?
	e. O saneamento como parte da política ambiental & ESG = como agilizar o licenciamento? Como inserir o licenciamento como parte da gestão ambiental?
	f. Áreas rurais = como melhorar a eficiência e eficácia?
	g. Cadeia de suprimentos do setor = como fomentar?
	formação de mão de obra
	i. Lições apreendidas do Chile e outros países
	j. Atração de investimentos internacionais = fundos de pensão etc.

André Machado – Trata Brasil

Não tenho dúvida de que nossas discussões sobre o tema estão ficando, a cada evento, mais bem estruturadas. Desde o ano passado, o Trata Brasil vem participando desses debates com o Imagine Brasil, e vamos avançar ainda mais ao reunirmos cabeças pensantes sobre a questão do saneamento básico e as propostas de solução dos problemas e gargalos.

Creio que um dos destaques desse seminário foi a apresentação de cases com relatos de diversas empresas que atuam no setor. Eles indicam que temos boas experiências, em diversos estados do país, que contribuem muito para a formulação de políticas públicas para o segmento, assim como para o monitoramento de indicadores.

Gostaria, no entanto, de destacar um outro aspecto sobre o tema. Como ficou demonstrado nesse seminário, nós sabemos, em parte, o que vem dando certo no país. Mas temos de levar em consideração um momento anterior, no processo que nos leva à formulação e à implementação de política pública, que tem a ver com a chamada agenda setting.

Na verdade, os temas relacionados ao saneamento precisam estar presentes na agenda das autoridades que tomam as decisões públicas. Acho que é aí que está o grande gargalo e o fio condutor de todas as etapas do processo, que aparece na maioria das apresentações desse seminário.

A questão é: como podemos nos antecipar e inserir a questão do saneamento básico nessa agenda pública? Como dito aqui, o tema é caracterizado por um interesse difuso na sociedade, que está pleiteando também acesso à educação, à segurança e à saúde, por exemplo, que também são interesses absolutamente legítimos.

Diante da escassez de recursos no país, nós temos de ser bastante criativos para encaixar o tema do saneamento na agenda do decisor público, que é o responsável por encaminhar as soluções. E os avanços do setor que foram apresentados aqui demonstram como é importante garantir a inserção do saneamento na agenda pública.

Uma maneira muito eficaz de entrarmos nessa agenda e ganharmos projeção será, sem dúvida, a criação do GT do setor no Conselhão, por se tratar de um órgão de assessoramento direto da Presidência da República. Evidentemente, faremos isso sem deixar de buscar apoio e espaço em outras instâncias decisórias da federação.

O Trata Brasil está inteiramente à disposição para integrar esse grupo e contribuir, de maneira positiva, para que possamos encaminhar soluções para o saneamento básico no país. Sem dúvida, estamos estabelecendo hoje uma nova fase do Imagine Brasil.

Aproveito para reiterar a importância das apresentações que foram realizadas nesse evento pelos convidados e especialistas em suas áreas de atuação. E destacar o papel fundamental da FDC nessa iniciativa e na formatação das soluções necessárias, em um setor que tem tanta carência de projetos bem estruturados.

Viviane Barreto – FDC

Em nome da Fundação Dom Cabral, agradecemos a todos pela participação nesse encontro de trabalho, que foi marcado pela qualidade das exposições e pela objetividade na apresentação de questões concretas e na busca de soluções.